



 *Working report #2*


Manuel Gama (Coord.)
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho


maio 2020

Cultura e Desenvolvimento: Projetos culturais e a Agenda 2030

Fase 1, Portugal, 1º quadrimestre de 2020

Resumo

Explicitamente, a cultura figura de forma marginal nas dimensões, nos objetivos e nas metas definidas para o desenvolvimento sustentável até 2030. Contudo, é inegável que a cultura atravessa a Agenda 2030 e é de importância capital na e para a transformação do nosso mundo. Assim, mais do que problematizar sobre a presença da cultura na Agenda 2030 e sobre a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável, o POLObs considerou fundamental desenvolver um estudo para identificar, caracterizar e mapear projetos culturais desenvolvidos com o enquadramento da Agenda 2030. Ao colocarmos a tónica na disseminação de práticas de apropriação da Agenda 2030 por parte de profissionais e organizações do setor cultural, estamos também a sublinhar a importância que o setor cultural pode e deve ter para o cumprimento da Agenda 2030. O estudo, que se iniciou em dezembro de 2019, está dividido em quatro fases, que correspondem a outros tantos contextos geográficos e organizacionais. Neste primeiro *working report* vamos lançar um olhar sobre o primeiro momento da fase 1 do estudo, que decorreu entre janeiro e abril de 2020, e no âmbito do qual se procedeu à identificação, através de uma ficha de registo online de preenchimento voluntário, de projetos culturais desenvolvidos, por instituições culturais portuguesas, com o enquadramento da Agenda 2030. Da análise dos dados referentes aos 278 projetos que foi possível identificar, verificam-se alguns desequilíbrios dignos de registo: 84,5% dos projetos são oriundos da região Norte; 68,5% destinam-se a indivíduos com idade igual ou inferior a 18 anos; 63,3% estão enquadrados no ODS4; 34,2% desenvolvem-se no domínio das *Artes do Espetáculo*; 30,6% têm a função de Educação; e 30,9% das entidades não conseguiram identificar a meta da Agenda 2030 para que os projetos concorrem. O segundo momento da fase 1 do estudo terminará a junho de 2020, e em julho faremos uma atualização dos dados que agora apresentamos. Paralelamente, prosseguimos com a análise dos 278 projetos, nomeadamente dos breves textos de apresentação que foram incluídos nas fichas de registo, e que permitirá complementar a caracterização mais profunda dos projetos e a disponibilização, no terceiro trimestre de 2020, do mapa virtual de georreferenciação – o objetivo último que pretendemos atingir com “Cultura e Desenvolvimento: Projetos culturais e a Agenda 2030”.

Palavras-chave:

Agenda 2030; desenvolvimento; projetos culturais; mapeamento

1) Projetos culturais e a Agenda 2030...

A análise da resolução “Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2015) permite-nos perceber de forma inequívoca que, não obstante a ausência explícita da cultura nas três dimensões do desenvolvimento sustentável e nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e a presença explícita residual da cultura nas 169 metas elencadas no documento e nos 244 indicadores entretanto definidos para aferir o seu cumprimento (Comissão de Estatística das Nações Unidas, 2020), a cultura atravessa veementemente toda Agenda 2030, tanto mais que o seu plano de ação está centrado nas pessoas, no planeta, na prosperidade, na paz e nas parcerias (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017).

As discussões sobre o conceito de cultura são amplas e antigas, mas basta convocar a “Declaração do México sobre Políticas Culturais” (UNESCO, 1982), na qual a cultura é vista, num sentido amplo, como o conjunto dos traços distintivos – espirituais, materiais, intelectuais e afetivos – que caracterizam uma sociedade ou grupo social e que engloba as artes, as letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças, para percebermos que o cumprimento da Agenda 2030 passa, obrigatoriamente, por uma aposta nas questões culturais.

A relação entre cultura e desenvolvimento é também recorrente e revisitando, por exemplo, as conclusões da Conferência de Stockholm (UNESCO, 1998) e do Congresso de Hangzhou (UNESCO, 2013), obras como “Culture and sustainable development: examples of institutional innovation and proposal of a new cultural policy profile” (United Cities and Local Governments, 2009), “Culture in, for and as Sustainable Development” (Dessein, Soini, Fairclough & Horlings, 2015), “Re | pensar as políticas culturais: criatividade para o desenvolvimento 2018” (UNESCO; 2018) e “Cultura y Desarrollo Sostenible” (Martinell, 2020), e o número 27 da Revista Observatório Itaú Cultural (2020) dedicado à temática “Cultura e Desenvolvimento”, torna-se ainda mais nítida a importância capital da cultura na e para a Agenda 2030.

Não obstante a presença explícita da cultura na Agenda 2030 ser residual, a UNESCO (2019) considerou fundamental aferir a contribuição da cultura para o cumprimento, à escala local e nacional, da Agenda 2030 e por isso, disponibilizou em novembro de 2019 a publicação “Culture | 2030 Indicators” (UNESCO; 2019), integrando um conjunto de indicadores, quantitativos e qualitativos.

Este é o enquadramento do trabalho que está a ser desenvolvido, por uma equipa multidisciplinar do POLObs, no âmbito do projeto “Cultura e Desenvolvimento: Projetos culturais e a Agenda 2030”.

Mais do que problematizar sobre a presença da cultura na Agenda 2030 e sobre a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável, pretendemos identificar, caracterizar e mapear projetos culturais que foram ou estão a ser desenvolvidos com o enquadramento da Agenda 2030.

Consideramos que deste modo, ao colocarmos a tónica na disseminação de práticas de apropriação da Agenda 2030 por parte de profissionais e organizações do setor cultural, estamos também a sublinhar a importância que o setor cultural pode e deve ter para o cumprimento da Agenda 2030.

2) Breves considerações metodológicas do estudo

Com este pano de fundo, definiram-se três objetivos específicos para o projeto de investigação, a saber:

- 1) identificar projetos culturais desenvolvidos com o enquadramento da Agenda 2030;
- 2) caracterizar projetos culturais desenvolvidos com o enquadramento da Agenda 2030;
- 3) mapear projetos culturais desenvolvidos com o enquadramento da Agenda 2030.

E quatro fases, que correspondem a outros tantos contextos geográficos e organizacionais:

- fase 1: instituições culturais portuguesas;
- fase 2: instituições portuguesas que não operam no setor cultural;
- fase 3: instituições culturais do contexto internacional, com especial enfoque aos espaços lusófono e ibero-americano;
- fase 4: instituições do contexto internacional, com especial enfoque aos espaços lusófono e ibero-americano, que não operam o setor cultural.

Não obstante as limitações que possa provocar no processo de identificação de projetos culturais, mas para permitir uma maior objetividade na caracterização dos projetos identificados, optou-se por, neste projeto de investigação, operacionalizar o conceito de cultura a partir dos dez domínios e seis funções elencados na Conta Satélite da Cultura 2010-2012 (CSC), onde a cultura é entendida como

conjunto de atividades humanas e de bens e serviços, cuja razão de ser se baseia nas funções de criar, produzir, disseminar, comercializar, preservar, educar ou regular conteúdos simbólicos.

A Cultura apresenta três características fundamentais: está relacionada com expressões, baseia-se na criação e na comunicação através de símbolos e, habitualmente, está relacionada com direitos de propriedade intelectual (direitos de autor, de patentes e de marcas, direitos de distribuição, etc.).

(Instituto Nacional de Estatística, 2016, p. 9)

Definida a forma de operacionalização do conceito de cultura, considerou-se que, para a fase 1, o mais adequado seria a disponibilização de uma ficha de registo online, criada especificamente para o efeito¹, composta essencialmente por perguntas fechadas divididas em duas secções:

- a) dados sobre a entidade (e.g. designação, concelho onde se encontra a sede, domínios culturais, funções culturais);
- b) dados sobre projetos culturais desenvolvidos com o enquadramento da Agenda 2030 (e.g. âmbito territorial, destinatários, domínio cultural principal, função cultural principal, ODS da Agenda 2030, meta da Agenda 2030).

No que concerne aos destinatários de cada projeto, utilizou-se como referência o decreto-lei que estabelece o regime de classificação de espetáculos de natureza artística e de divertimentos públicos (Decreto-Lei n.º 23/2014).

Para a identificação das metas da Agenda 2030, considerou-se que o mais adequado seria criar a opção *não sabe*, para permitir o registo de projetos culturais em que as entidades conseguem explicitar o ODS, mas ainda não conseguem mencionar nitidamente a meta da Agenda 2030 para a qual pode concorrer.

Destaca-se ainda que se limitou a cinco o número de projetos a registar por ficha, sendo que as entidades poderiam submeter tantas fichas quantas as necessárias para incluir o total de projetos culturais desenvolvidos com o enquadramento da Agenda 2030.

Depois de concebida e testada a ficha de registo online durante o mês de dezembro de 2019, o convite à participação na fase 1 do estudo iniciou-se em janeiro de 2020, através dos canais de divulgação habituais do POLObs, mas também de organismos do Ministério da Cultura e de organizações representativas do setor cultural.

Para o alargamento do processo de identificação de projetos culturais desenvolvidos com o enquadramento da Agenda 2030 a instituições culturais do contexto internacional, com especial enfoque aos espaços lusófono e ibero-americano, optou-se por utilizar, com as devidas adaptações necessárias, a ficha de registo online criada para a fase 1. A título ilustrativo convoca-se a ficha de registo que vai ser implementada no contexto brasileiro a partir de maio de 2020².

Se na fase 1 e na fase 2 o principal instrumento de recolha de dados será a ficha de registo online autoadministrada, na fase 2 e na fase 4, que contemplam projetos culturais desenvolvidos em instituições que não operam no setor cultural, vai optar-se por um processo que integra a análise documental (e.g. notícias nos média, média sociais, websites) e entrevistas exploratórias a informantes privilegiados, para a identificação de projetos desenvolvidos em alguns setores de atividade (e.g. ambiente, educação, saúde).

¹ Ver <http://bit.ly/Projetos-Culturais-e-Agenda-2030>.

² Ver <https://bit.ly/Cultura-e-Desenvolvimento-Brasil>.

Independentemente das fases, com os dados provenientes da identificação, vai efetuar-se a caracterização dos projetos culturais com base nas seguintes categorias:

- sobre o projeto cultural (e.g. título do projeto, domínio e função culturais principais em função da CSC, destinatários, ODS e meta da Agenda 2030, indicadores definidos para o cumprimento da meta, sinopse, período de implementação, entidade promotora, recinto cultural);
- sobre a entidade promotora (e.g. designação da entidade, localização da sede fiscal, setor de atividade, domínio e função culturais se operar no setor cultural; mediatização da Agenda 2030 na página da internet e nas redes sociais da entidade);
- sobre o recinto cultural (e.g. designação do recinto, tipologia de recinto, domínios e funções culturais das atividades desenvolvidas no recinto, localização do recinto, mediatização da Agenda 2030 na página da internet e nas redes sociais do recinto).

Com base na caracterização dos projetos, pretendemos disponibilizar, a partir do segundo semestre de 2020, os seguintes recursos online:

- ficha de caracterização individual de cada um dos projetos;
- dossiês temáticos sobre os projetos culturais desenvolvidos à luz de cada um dos ODS da Agenda 2030;
- mapa virtual de georreferenciação, como o da Figura 1, que possibilitará uma visão de conjunto da presença territorial dos projetos e uma pesquisa através de um conjunto de categorias e subcategorias:
 - ⊙ Agenda 2030 (ODS e Metas);
 - ⊙ Projeto Cultural (âmbito territorial, domínio cultural, função cultural, destinatários);
 - ⊙ Recinto Cultural (tipologia, domínio cultural, função cultural).

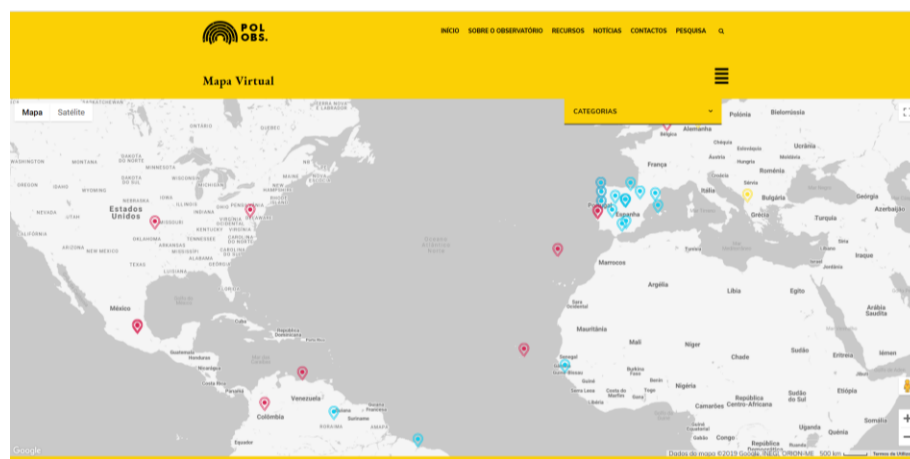


Figura 1: Exemplo de Mapa Virtual de Georreferenciação a criar no âmbito do projeto

3) Um primeiro olhar sobre os primeiros projetos

Entre janeiro e abril de 2020 ocorreu o primeiro momento da fase 1 do projeto investigação com a identificação de projetos culturais que foram, ou estão a ser desenvolvidos por instituições culturais portuguesas enquadrados na Agenda 2030. O segundo momento de identificação vai decorrer até agosto de 2020, paralelamente ao alargamento do projeto aos contextos lusófono e ibero-americano.

Segue-se por isso, aqui e agora, um primeiro olhar sobre os 278 projetos culturais registados por 46 organizações portuguesas (47,8% privadas e 52,2% públicas). Sendo que, como se pode observar no Gráfico 1, por um lado, não há uma distribuição equitativa dos projetos e das organizações pelo território nacional – a região Norte foi a que mais concorreu para o primeiro momento desta primeira fase, com 76,6% das entidades e 84,5% dos projetos – e, por outro lado, que as entidades públicas registam, regra geral, mais projetos que as entidades privadas – a média de registos por entidade privada é de 2,1 projetos, enquanto que por entidade pública atinge os 10,4 projetos.

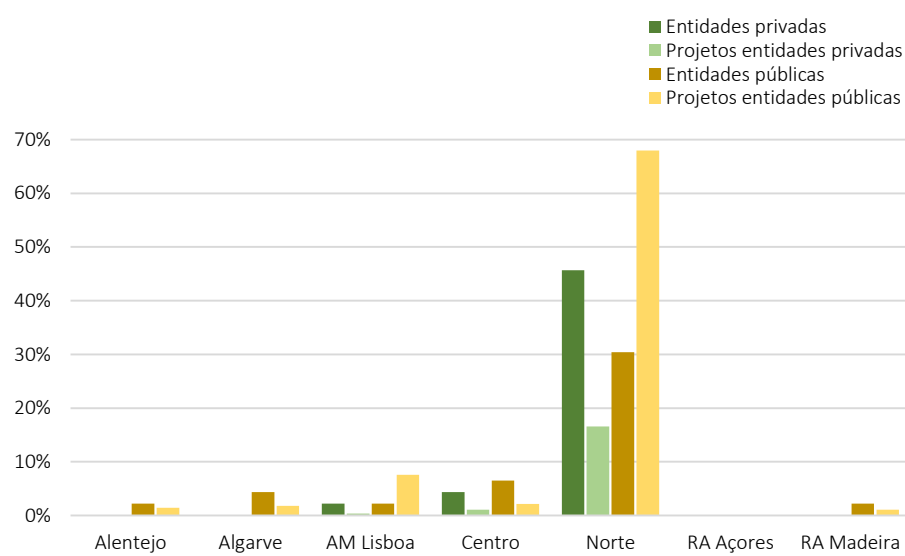


Gráfico 1: Distribuição de entidades participantes e projetos registados por NUT 2

No que concerne à categorização das entidades e dos projetos com base nos dez domínios e seis funções culturais inscritos na CSC, salienta-se que, para enquadrar as atividades da entidade, os respondentes poderiam selecionar a totalidade das subcategorias elencadas, sendo que na segunda secção da ficha, deveria ser indicado apenas o domínio e a função culturais principais de cada projeto cultural desenvolvido com o enquadramento da Agenda 2030.

O Gráfico 2 permite perceber de forma inequívoca, a preponderância do domínio das *Artes do Espetáculo* nas entidades e projetos, com exceção das entidades públicas, onde se observa uma distribuição mais equitativa entre oito dos dez domínios possíveis e em que o domínio do *Património Cultural* tem um peso ligeiramente superior. Destaca-se ainda que a *Publicidade* foi o domínio menos frequente nas entidades e projetos, e que não há, obrigatoriamente, uma relação direta entre os diferentes domínios culturais das atividades desenvolvidas pelas entidades e o domínio cultural principal dos projetos registados. Fazendo um cruzamento entre os domínios culturais em que as entidades enquadraram as suas atividades e a região do país onde se localizam, verifica-se, através da análise do Gráfico 3, a preponderância de alguns domínios culturais em determinados contextos geográficos, sendo que, nem sempre, a justificação pode estar relacionada com a dimensão da amostra de entidades em cada uma das regiões.

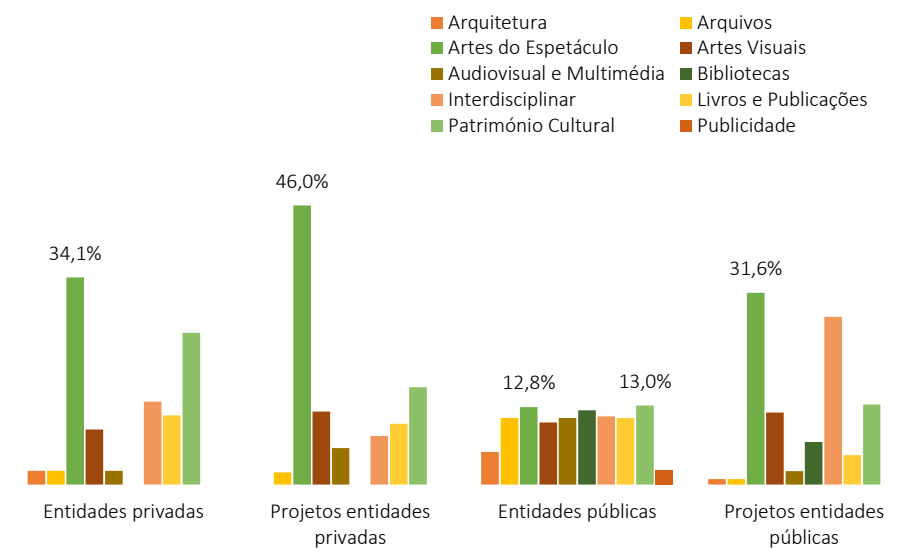


Gráfico 2: Domínios culturais das entidades e projetos com base na Conta Satélite da Cultura

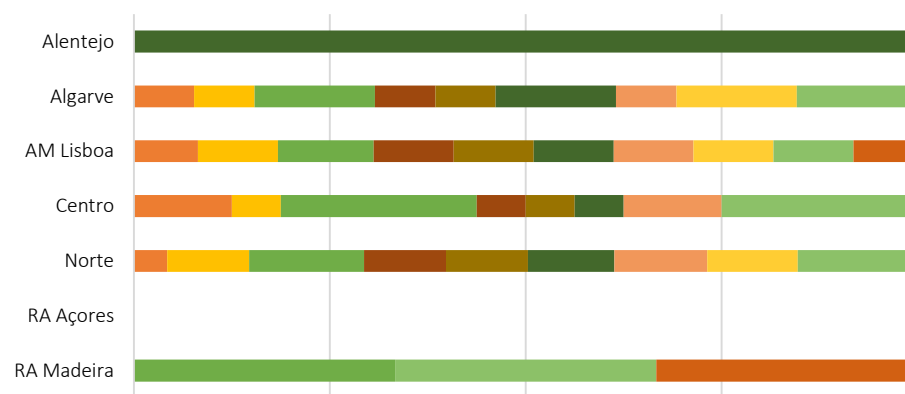


Gráfico 3: Domínios culturais das entidades por NUT 2 com base na Conta Satélite da Cultura

Relativamente às funções culturais, sintetizadas no Gráfico 4, registam-se algumas diferenças entre a natureza, privada ou pública, das entidades e projetos. No setor privado há uma concentração notória nas funções de *Criação*, *Educação* e *Produção/Divulgação*. No setor público, observa-se, tal como nos domínios, uma distribuição mais equitativa pelas funções possíveis para o enquadramento das atividades das entidades, sendo que no que diz respeito à função principal dos projetos culturais, se regista, novamente, uma concentração num grupo restrito de opções – *Difusão/Marketing*, *Educação* e *Produção/Divulgação*. O cruzamento entre as funções culturais em que as entidades enquadraram as suas atividades e a região do país onde se localizam, sintetizado no Gráfico 5, permite perceber, que contrariamente do que acontece nos domínios culturais, é possível encontrar a totalidade das subcategorias definidas na maioria dos contextos geográficos que registaram projetos.

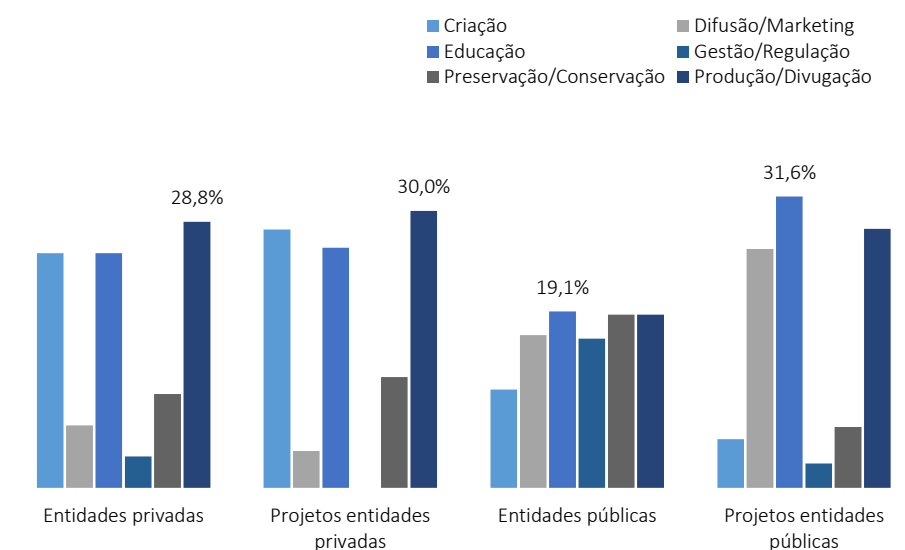


Gráfico 4: Funções culturais das entidades e projetos com base na Conta Satélite da Cultura

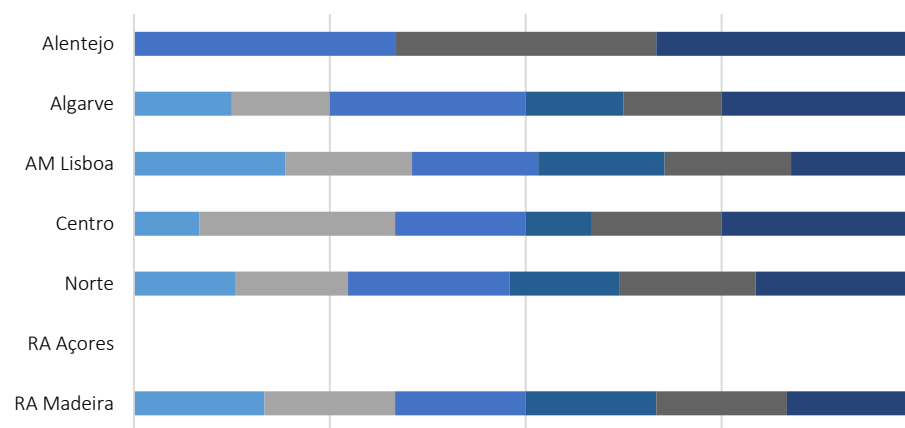


Gráfico 5: Funções culturais das entidades por NUT 2 com base na Conta Satélite da Cultura

Não obstante não ter sido solicitada aos inquiridos a informação referente aos âmbitos territoriais e destinatários das atividades das entidades, estas duas dimensões foram incluídas no processo de identificação dos projetos e, para o efeito, definiram-se quatro âmbitos territoriais e oito grupos etários. A este respeito, relembra-se que os respondentes poderiam enquadrar os seus projetos na totalidade de subcategorias definidas.

Antes de se avançar com os dados referentes ao enquadramento dos projetos à luz da Agenda 2030 (ODS e meta), destaca-se alguns aspetos relacionados com os âmbitos territoriais e destinatários dos projetos:

- a maioria dos projetos registados são desenvolvidos em um único âmbito territorial, com o âmbito local a ser o mais privilegiado pelas entidades, marcando presença em 61% dos projetos;
- os projetos registados por entidades privadas são, regra geral, mais abrangentes no que concerne ao âmbito territorial, com 36% dos projetos de entidades privadas a terem âmbito transnacional, contra 7% dos projetos entidades públicas a marcarem presença além-fronteiras;
- a análise da dimensão territorial por NUT 2 revela diferenças significativas, relativamente à frequência e à diversidade
 - 100% dos projetos da RA Madeira são de âmbito local;
 - na AM Lisboa e no Alentejo só é possível identificar dois âmbitos territoriais distintos em cada NUT, sendo que no Alentejo o âmbito nacional é o mais frequente;
 - nas restantes NUTS foram registados projetos nas quatro subcategorias territoriais disponíveis, mas, por exemplo, no Centro o âmbito regional é o mais frequente;
- na dimensão referente aos destinatários dos projetos houve uma percentagem residual de entidades que selecionou um único grupo etário para o projeto;
- os projetos destinados ao grupo etário de 3 ou menos anos de idade são os menos frequentes, representando 2,5% da totalidade dos projetos registados;
- não se observam diferenças significativas nos destinatários dos projetos se fizermos a análise à luz da natureza, privada ou pública, das entidades responsáveis pelo registo dos projetos;
- os dados referentes às NUTS 2 com projetos registados revelam que, regra geral, há uma distribuição equilibrada dos oito grupos etários, sendo o Alentejo a exceção mais significativa, com 100% dos projetos a destinarem-se a indivíduos com idade superior a 18 anos e igual ou inferior a 65 anos;
- o Gráfico 6 permite perceber que o aumento do grupo etário dos destinatários dos projetos é acompanhado pelo aumento do número de projetos registados, apesar de 51,2% se destinam a indivíduos com 16 ou menos anos de idade.

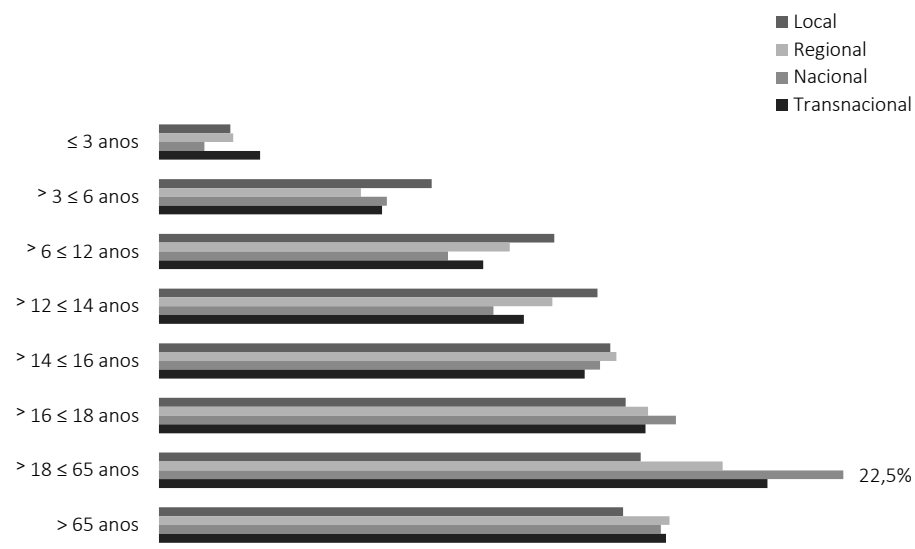


Gráfico 6: Destinatários e âmbitos territoriais dos projetos culturais

Lançado o primeiro olhar sobre alguns dos dados recolhidos relativamente ao domínio cultural principal, à função cultural principal, aos destinatários e aos âmbitos territoriais dos projetos registados, segue-se o eixo fundamental da análise que pretendemos realizar no âmbito deste projeto: o enquadramento dos projetos culturais na Agenda 2030.



Gráfico 7: Enquadramento dos projetos culturais nos ODS da Agenda 2030

O Gráfico 7 revela de forma inequívoca a preponderância de um grupo muito restrito de ODS's no enquadramento dos 278 projetos culturais registados em Portugal (63,3% no ODS4, 20,5% no ODS11 e 5,8% no ODS8), a presença residual de alguns dos ODS's (ODS2, ODS3, ODS12, ODS13, ODS16 e ODS17) e a ausência por completo de 35,7% dos ODS's (ODS1, ODS5, ODS6, ODS7 e ODS9).

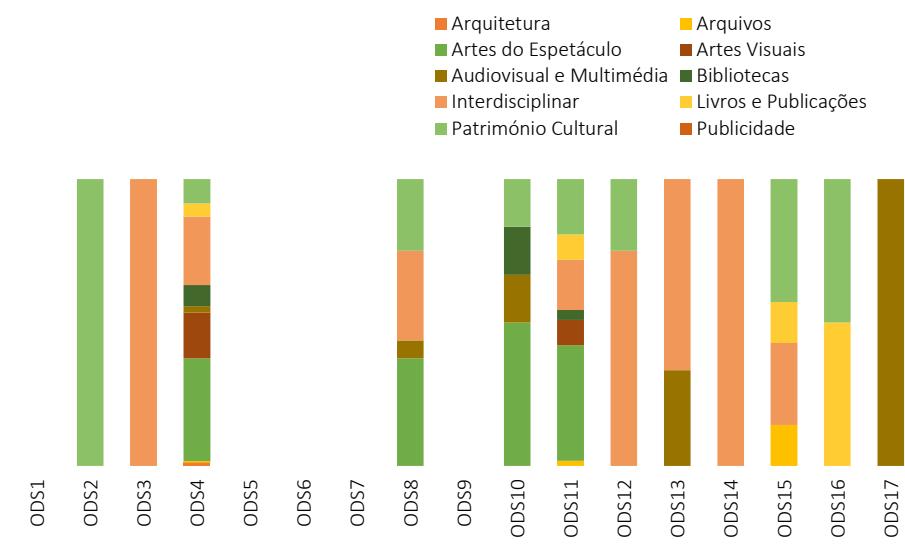


Gráfico 8: Domínios culturais dos projetos distribuídos por ODS da Agenda 2030

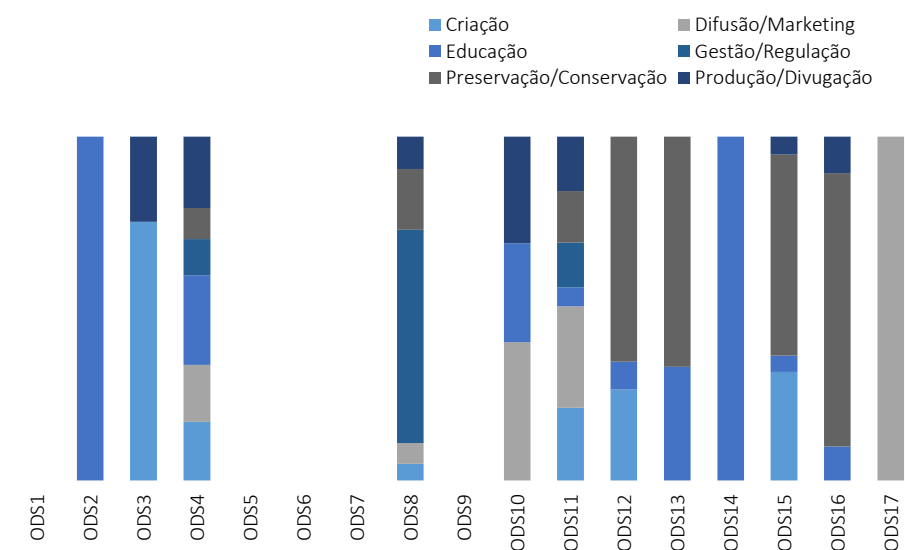


Gráfico 9: Funções culturais dos projetos distribuídos por ODS da Agenda 2030

A análise dos domínios e funções principais da cultura que enquadram cada projeto, sintetizadas, respetivamente, no Gráfico 8 e no Gráfico 9, permitem-nos associar algumas tendências já identificadas, nomeadamente de privilégio por parte das entidades de projetos nos domínios das *Artes do Espetáculo* (34,2%), *Interdisciplinar* (24,1%), *Património Cultural* (13,7%) e *Artes Visuais*

(11,9%), e nas funções de *Educação* (30,6%), *Produção/Divulgação* (28,4%) e *Difusão/Marketing* (21,9%), aos ODS's preponderantes. É inegável que se observa uma relação direta entre a quantidade de projetos em determinado ODS e a diversidade de domínios e funções culturais selecionadas nesse ODS, salienta-se, contudo, que nem o facto de no ODS4 terem sido registados 176 projetos, foi suficiente para encontrar algum no domínio da *Publicidade* – tendo sido mesmo este o único domínio em que não foi registado nenhum dos 278 projetos neste primeiro momento da primeira fase de identificação. Mas não se pode inferir que a presença residual de projetos em determinado ODS seja sinónimo de que são desenvolvidos nos domínios e funções culturais mais frequentes – no ODS16 foram registados 1,4% dos projetos, mas 50% destes são no domínio *Livros e Publicações* com a função de *Preservação/Conservação*, que foram opção, respetivamente, de 5,8% e de 7,6% dos projetos registados.

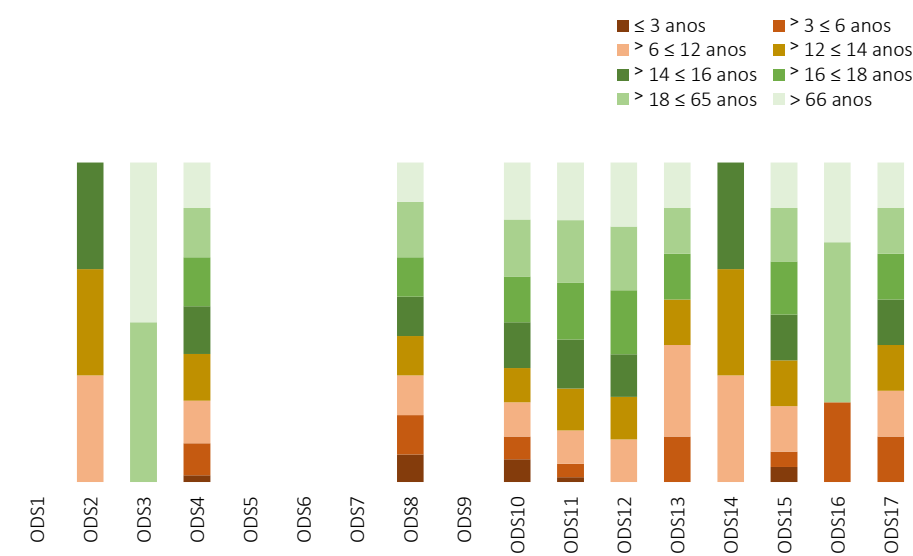


Gráfico 10: Destinatários dos projetos distribuídos por ODS da Agenda 2030

No Gráfico 10 sintetizam-se os dados referentes aos destinatários dos projetos em função dos ODS. A análise dos dados permite-nos concluir que, independentemente dos ODS's em que estão enquadrados, a maioria dos projetos (57,2%) se destina a estudantes do ensino básico e secundário, havendo mesmo dois ODS's (ODS2 e ODS14) cujos projetos se destinam exclusivamente a indivíduos em idade escolar. Sobre a diversidade de destinatários, o ODS8 é o que tem uma distribuição de destinatários mais equilibrada, mas há outros ODS's com uma abrangência de destinatários significativa. Realça-se que a abrangência no seio de cada ODS não está, obrigatoriamente, relacionada com o número de projetos integrados nesse ODS, a título meramente ilustrativo convocam-se o ODS16, onde foram inscritos três projetos, cada um para um grupo etário distinto, e o ODS17, onde só foi registado um projeto que se destina a sete dos oito grupos

etários definidos (só não se destina para os que têm idade menor ou igual a três anos).

No que concerne à meta da Agenda 2030 para que cada projeto concorre, relembramos que se considerou adequado criar a opção *não sabe*, para permitir o registo de projetos culturais em que as entidades conseguissem explicitar o ODS, mas em que não era nítida a meta. Com esta decisão foi possível incluir 30,9% dos projetos culturais, que se assim não fosse, poderiam não ter sido registados nesta fase de identificação por falta de enquadramento nas metas da Agenda 2030.

Tendo em consideração que a Agenda 2030 pretende atingir 169 metas, 114 das quais através dos 10 ODS's em que foram enquadrados os 192 projetos que nesta fase explicitaram metas, sublinha-se que só foi possível identificar projetos em 23 delas, correspondendo a 20,2% das metas dos 10 ODS's e a 13,6% da totalidade das metas da Agenda 2030. Se estes dados, por si só, já eram mais do que suficientes para realçar o défice de projetos culturais que visem cumprir transversalmente a Agenda 2030, a análise do Gráfico 11 permite perceber que há um grupo, ainda mais restrito de metas que agregam, pelo menos, 10% dos projetos registados, sendo que, as metas 4.7 (27,7%), 11.4 (15,5%) e 8.3 (3,6%) são as que agregam mais projetos.

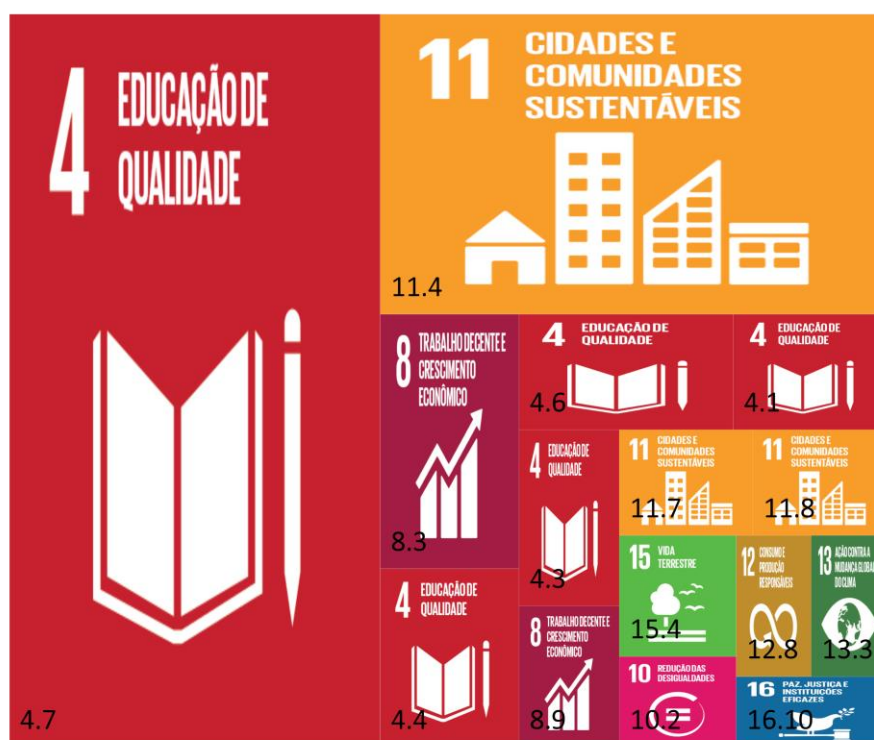


Gráfico 11: Metas da Agenda 2030 com mais de 10% dos projetos registados

4) Próximas fases: caracterizar e mapear!

Sendo o nosso objetivo a disseminação de práticas de apropriação da Agenda 2030 por parte de profissionais e organizações do setor cultural (na primeira fase, no contexto português), registamos com satisfação a adesão por parte de um conjunto relevante de entidades, não obstante os constrangimentos provocados pela COVID-19 neste primeiro momento de identificação.

Uma das primeiras conclusões a retirar da análise dos 278 projetos é que se torna nítido que as entidades estão a centrar a sua atividade nas metas em que a cultura figura de forma explícita na Agenda 2030 (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2015):

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável

(...)

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo

No que se refere aos ODS's mais frequentemente convocados nos projetos culturais portugueses identificados, convém ainda não esquecer que, teoricamente, poderiam ou deveriam estar alinhados com as prioridades estratégicas nacionais, que se centram no ODS4, ODS5, ODS9, ODS10, ODS13 e ODS14 (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017). Contudo, aparentemente ainda há um grande trabalho a fazer nesse sentido pois, com exceção do ODS4, os outros cinco ODS's têm presenças residuais ou ausências completas nas prioridades das entidades que participaram nesta etapa do projeto.

Sobre a incapacidade de se explicitar uma meta em 30,9% dos projetos registados, salienta-se que, sem minimizar a pertinência da identificação de projetos culturais, se considera como problemático a indefinição de metas da Agenda 2030 a atingir com os projetos. É certo que a operacionalização, no setor cultural, dos indicadores definidos para aferir o cumprimento da Agenda 2030 (Comissão de Estatística das Nações Unidas, 2020) ainda não se encontra devidamente ancorada, apesar do documento disponibilizado pela UNESCO (2019), mas a indefinição de metas pode estar a concorrer para uma apropriação parcial da Agenda 2030 e não tanto para o desenvolvimento de projetos culturais que concorram deliberada e efetivamente para o seu cumprimento.

O facto de 34,2% dos projetos serem no domínio das *Artes do Espetáculo*, o mais frequente, está em linha com os dados referentes

às Estatísticas da Cultura 2018 (Instituto Nacional de Estatística, 2019) onde se refere que 27,4% das empresas do sector cultural e criativo operavam, em 2017, em atividades das artes do espetáculo. No que se refere à função cultural principal dos projetos, destaca-se o peso da *Educação*, a segunda função mais frequente, provavelmente por figurar explicitamente no ODS4 “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

Relativamente aos destinatários dos projetos, o desequilíbrio é flagrante, uma vez que a maioria dos projetos se destina aos grupos etários em idade da escolaridade obrigatória, quando os dados do INE referentes ao ano letivo 2017/2018 revelam que o número de estudantes a frequentar o ensino não superior não ultrapassava, em Portugal, os 16% da população portuguesa.

A preponderância de projetos oriundos da região Norte é justificada, essencialmente, pela existência de um grupo reduzido de entidades da região que registaram um conjunto muito significativo de projetos, o que contribuiu para acentuar a falta de equidade que já se fazia sentir pela presença mais numerosa de entidades do Norte.

Realçamos ainda que, nesta fase de identificação, se decidiu incluir na amostra todos os projetos registados, uma vez que se considera relevante o facto de as entidades decidirem voluntariamente experimentar o enquadramento dos seus projetos na Agenda 2030, apesar de termos consciência de que, não raras vezes, a Agenda 2030 não ter estado em cima da mesa aquando da conceção dos projetos.

Lançado que está o primeiro olhar sobre os dados provenientes do primeiro momento da fase 1 do estudo, segue-se nos próximos meses, paralelamente à identificação de projetos noutros contextos organizacionais e territoriais, uma análise mais profunda de cada um dos 278 projetos. Regista-se que no processo de análise vamos centrar-nos nos breves textos de apresentação incluídos nas fichas de registo e que permitirão complementar a caracterização dos projetos e, posteriormente, a disponibilização do mapa virtual de georreferenciação, o objetivo último que pretendemos atingir com “Cultura e Desenvolvimento: Projetos culturais e a Agenda 2030”.

A terminar este *working paper*, não podemos deixar de sublinhar a pertinência e a relevância da declaração, que foi apresentada publicamente a 21 de maio de 2020, sobre o papel da cultura e da Agenda 2030 no pós-COVID-19 (Comisión de cultura de Ciudades y Gobiernos Locales Unidos, 2020). Sendo que dos sete reptos lançados ao poder político e aos responsáveis pelos processos de tomada de decisão, destacamos aqui e agora o sétimo por estar completamente em linha com o estudo o que estamos a desenvolver desde dezembro de 2019:

Incorporar la cultura de manera explícita en los planes, instrumentos y mecanismos de seguimiento vinculados a la Agenda 2030 y a los Objetivos de Desarrollo Sostenible que se elaborarán en los próximos meses y años, y especialmente para el Foro Político de Alto Nivel previsto para julio de 2020. (p. 3)

Referências bibliográficas

- Assembleia Geral das Nações Unidas (2015). *Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Retirado de https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E.
- Comissão de Estatística das Nações Unidas (2020). *Global indicator framework for the Sustainable Development Goals and targets of the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Retirado de https://unstats.un.org/sdgs/indicators/Global%20Indicator%20Framework%20after%202020%20review_Eng.pdf.
- Comisión de cultura de Ciudades y Gobiernos Locales Unidos (2020). *Declaración de #Culture2030goal sobre “La Cultura y la pandemia del COVID-19”*. Retirado de http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documentos/multi/es_culture2030goal_declaration_culture_and_covid19.pdf.
- Decreto-Lei n.º 23/2014, 14 de fevereiro, República Portuguesa. Retirado de <https://dre.pt/application/conteudo/572446>.
- Dessein, J.; Soini, K.; Fairclough, G. & Horlings, L. (Eds.) (2015). *Culture in , for and as Sustainable Development*.
- Instituto Nacional de Estatística I.P. (2016). *Conta Satélite da Cultura - 2010-2012. Notas metodológicas*. Retirado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_docmetodsec2010_cn&perfilpagenumber=2&perfil=220674570&contexto=c.
- Instituto Nacional de Estatística I.P. (2019). *Estatísticas da Cultura - 2018*. Retirado de https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=358632037&PUBLICACOESmodo=2.
- Martinell, A. (Eds.) (2020). *Cultura y Desarrollo Sostenible. Aportaciones al debate sobre la dimensión cultural de al Agenda 2030*. Red Española para el Desarrollo Sostenible: Madrid. Retirado de http://reds-sdsn.es/wp-content/uploads/2020/04/REDS_Cultura-y-desarrollo-sostenible-2020.pdf.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (2017). *Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por ocasião da Apresentação Nacional Voluntária no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas*. Retirado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/relatods17_pt.pdf.
- Revista Observatório Itaú Cultural, 27. Retirado de https://issuu.com/itaucultural/docs/revista_obs27_final/2?ff.

- UNESCO (1982). *Conferencia mundial sobre las políticas culturales: informe final*. Retirado de https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000052505_spa.
- UNESCO (1998). *Intergovernmental Conference on Cultural Policies for Development: final report*. Retirado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000113935>.
- UNESCO (2013). *The Hangzhou Declaration: Placing Culture at the Heart of Sustainable Development Policies*. Retirado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000221238>.
- UNESCO (2018). *Re/shaping cultural policies: advancing creativity for development*. Retirado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260592>.
- UNESCO (2019). *Culture | 2030 indicators*. Retirado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371562>.
- United Cities and Local Governments (2009). *Culture and sustainable development: examples of institutional innovation and proposal of a new cultural policy profile*. Retirado de http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/en/z_report_4_full_report.pdf.

O autor

Manuel Gama é investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Áreas de interesse de investigação: Políticas Culturais, Gestão Cultural, Redes Culturais, Mediação Cultural, Públicos da Cultura e Educação Artística. É, desde 2016, um dos coordenadores do Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura (POLObs) do CECS-UM.


A equipa do projeto

Manuel Gama (Investigador Responsável)

Rui Vieira Cruz é analista de dados e mestre em Sociologia – Políticas Sociais pela Universidade do Minho. Os seus trabalhos incidem nas esferas de transferência de tecnologia e de conhecimento, com particular enfoque na nanotecnologia. Algumas áreas de interesse abrangem as análises cíclicas, análises de redes, políticas e tecnologias de urbanismo/habitação e práticas culturais.

Joana Almada é formada em Teatro pela Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa. Desenvolveu trabalho na área do Teatro/Dança como intérprete e também nas áreas de produção e assistência de encenação. Desde 2004 que trabalha no setor livreiro, na área de curadoria e gestão livreira. Colabora com o POLObs do CECS-UM desde janeiro de 2020, onde dá apoio a projetos de investigação.

Vanessa Barros é jornalista, radialista e mestre em Jornalismo Profissional. Suas investigações têm foco nas Ciências da Comunicação, especificamente jornalismo digital, radiojornalismo, rotinas e perfis profissionais e jornalismo cultural.


Gama, M. (Coord.) (2020). Cultura e Desenvolvimento: Projetos culturais e a Agenda 2030. Fase 1, Portugal, 1º quadrimestre de 2020. *Working report POLObs #2*. Disponível em <http://polobs.pt/estudo/cultura-e-desenvolvimento-projetos-culturais-e-a-agenda-2030/>.